

Amélia Reginaldo: Uma Mulher de Verdade

Aluizia do Nascimento Freire (UFRN) Maria Francinete de Oliveira (Orientadora) Rita de Lourdes de Lima (Orientadora)

Mulher; Insurreição Comunista; União Feminina do Brasil

ST 29 – Relações de poder e de gênero

Introdução

A participação das mulheres na Insurreição Comunista é tema do presente artigo no qual dá ênfase a inserção de Amélia Gomes Reginaldo, líder militante da “Insurreição Comunista” de 1935 em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Costa¹, a data passou para a história por ter assinalado a instauração do primeiro e único “governo popular revolucionário”, já estabelecido no Brasil, servindo de estopim para a deflagração de levantes semelhantes em mais duas capitais: Recife e Rio de Janeiro. A Insurreição armada de 1935 fora planejada por alguns membros do Partido Comunista do Brasil, como resposta ao fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), assim como a União Feminina do Brasil (UFB)- órgão que agregava as mulheres, além da extinção da guarda civil, pelo então governo local Rafael Fernandes.

No dia 23 de junho de 1917 nascia, na cidade de Mossoró, Amélia Gomes Reginaldo, filha de Raimundo Reginaldo e Luzia Gomes dos Santos, tendo recebido inicialmente o nome de Rosa de Luxemburgo em homenagem a militante comunista polonesa. Amélia cresceu na efervescência e amadurecimento orgânico dos grupos comunistas no Brasil, das greves generalizadas e dos movimentos sociais. Conduzida pelo pai, 1º pessoa a divulgar idéias marxista-leninista no interior do Normal de Mossoró (1930/33), defendendo melhoria no ensino, igualdade e participação dos alunos e alunas nas decisões da educação formal. Conduzida pelo pai, 1º pessoa a divulgar idéias marxista-leninista no interior do RN, concentrava-se na leitura de autores como Victor Hugo, Euclides da Cunha, Jorge Amado, Marx, Lenine, entre outros. De tanto escritores existentes, esses últimos citados foram os que mais lhes chamaram à atenção dedicando um precioso tempo de seu lazer, para procurar absolver os ensinamentos desses líderes socialistas, que após a 1ª Guerra Mundial estavam “revolucionando” o mundo. Amélia estava interessada nessa doutrina, que prometia diminuir as desigualdades sociais, acabar com o analfabetismo, e proporcionar uma vida mais decente para toda nação que adotasse o regime comunista.

Conforme registros do acervo público² do nosso estado, percebemos a atuação marcante de Amélia na Insurreição Comunista: todas as mulheres interrogadas referiram que se filiaram a União Feminina do Brasil, órgão mantido pelo Socorro Vermelho Internacional, através de Amélia Gomes Reginaldo.

Na carta que Amélia Reginaldo escreve ao seu tio Lauro, relata sua participação no movimento de 1935 e a vida conturbada que estava sendo obrigada a ter após o movimento, percebe-se a força dessas duas mulheres que romperam com os dogmas impostos por essa sociedade patriarcal. Segundo a entrevista concedida à Ferreira (1989) a seu tio Lauro Reginaldo, o tempo em que Amélia esteve ao lado dos rebeldes, mostrava-se atuante e à frente do movimento ao lado de seu pai, contribuindo para a única edição do jornal “A Liberdade”, com aproximadamente 16 anos de idade.³

Em linhas gerais o trecho abaixo demonstra a importância do movimento de 1935 e a luta de Amélia Reginaldo:

Muita gente se admira com a tomada do poder em Natal, não foi difícil quanto se esperava. Na realidade, o povo apoiou a revolução e quem não apoiou, também não ficou contra, estava no auge, aumentado pelas secas recentes, pelo desemprego, pelas dificuldades da vida.⁴

A União Feminina do Brasil ocupava-se de assuntos relativos a emancipação das mulheres, por isso era combatida pelos políticos conservadores, que atacavam as filiadas considerando-as como pessoas de comportamento imoral e espalhafatoso. A exemplo disso encontramos a seguinte descrição no jornal A Republica5 (30, de julho de 1935):

A União Feminina do Brasil, constituída sob a forma de sociedade civil, tem exercido atividade subversiva da ordem política e social. Sendo uma ameaça a sociedade o governo cria o decreto de nº 243 de 19 de julho de 1935, no qual ordena o fechamento em todo o Território Nacional dos núcleos da UFB.

Diante de sua determinação, conhecimento e carisma, Amélia Reginaldo exerceu cargo de direção da União Feminina do Brasil, sendo a filiada mais atuante convocando amigas, esposas e filhas de militantes para se engajarem na “luta” do Partido Comunista. Também atuou como secretária do Comitê popular revolucionário e contribuiu na edição do Jornal A Liberdade⁶ (Órgão Oficial do Governo Popular Revolucionário – Natal, 27/11/1935), em seu único número publicado.

Segundo consta nos autos, denúncia apresentada pelo Dr Carlos Gomes de Freitas, procurador criminal da Republica no RN, Amélia, Leonila Felix, Chica Pinote e Chica da Gaveta, invadiram o 21 BC, fardadas e portando armas pesadas. A partir da pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado e da coleta das fichas documentais, dos Processos Criminais do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS obtivemos conhecimentos da participação das mulheres na Insurreição Comunista de 1935, e que segundo os levantamentos documentais, a maioria das

mulheres militava na UFB, órgão ligado ao PCB e beneficiado pelo Socorro Vermelho Internacional⁷ e a ANL, ambos considerados movimentos de massas, que defendiam a derrubada do governo e a instalação de um governo democrático e popular.

A pesquisa nos referidos arquivos e documentos foi importante uma vez que permitiu o conhecimento da atuação da UFB, como movimento auxiliar feminino que endossava o programa da ANL e o Socorro Vermelho Internacional, ligado a Internacional Comunista, sua organização clandestina na cidade do Natal e o recebimento dos recursos financeiros do Comitê Central. Na verdade, os dados sobre aquela organização são bastante escassos, sendo citada apenas no jornal A Republica e a Ordem e em documentos do Tribunal de Segurança Nacional. Nestes encontramos a mesma opinião sobre a UFB:

A União Feminina do Brasil ocupava-se de assuntos de interesse direto das filiadas e termos gerais relativos a emancipação da mulher, e criticava o papel secundário da mulher na sociedade brasileira, por isso era combatida violentamente pelos políticos conservadores, que atacavam as mulheres e as agrediam, criticando-as como pessoas de comportamento imoral e espalhafatoso⁸.

Observamos que essas mulheres lutavam pela emancipação política e social, buscando a equidade de gênero, ou seja, homens e mulheres com direitos iguais perante a lei. O objetivo dessas mulheres era tornar visível a luta das mesmas, sair da esfera privada e entrar na esfera pública. No entanto, os jornais da referida cidade (“A República” e “A Ordem”), de visão conservadora e anticomunista, declaravam que:

A União Feminina do Brasil, constituída sob a forma de Sociedade Civil, tem exercido atividade subversiva da ordem Política e Social. O governo via na UFB uma ameaça a sociedade, levando-o a criar um decreto de nº 243 de 19 de julho de 1935, no qual ordena o fechamento em todo o Território Nacional do núcleos da UFB, segundo o art. 29 da lei nº 38 de 4 de abril do corrente ano, cancelando o registro civil da mesma (A Republica, 30 de julho de 1935).

O capitão Fellinto Müller, responde á corte de apelação, sobre o fechamento da UFB declarando “que essa medida do governo se baseou no fato de haver a mesma associação aderida a Aliança Nacional Libertadora” (Idem, ibid)

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, na época Getúlio Vargas considerou que a União Feminina do Brasil, constituída sob a forma de Sociedade Civil vinha exercendo atividade subversiva da ordem política e social, decretando que: (Levine, Ibidem).

Art. 1 – Serão fechados, por seis meses, os núcleos, sedes, ou escritórios da União Feminina do Brasil em todo o território nacional, nos termos do artigo 29 da lei nº 38 de 4 de abril do corrente ano.

Art. 2 – O ministro da justiça e negócios interiores baixará instruções no sentido de ser promovido, sem demora, o cancelamento do registro civil da mesma sociedade.

Art. 3 – O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação e seu texto será transmitido aos governadores ou interventores, nos estados, por via telegráfica. (Sic) (Vicente Ráo – Ministro da Justiça)

O jornal “A Ordem”, de orientação católica e anticomunista, combatia violentamente o movimento e criticava a participação da mulher na vida pública, como se pode ver nos trechos transcritos de uma de suas manchetes, intitulada “Feminismo mal orientado” mencionado abaixo (A Ordem, 27 de julho de 1935).

Numa de nossas últimas edições, estampámos o decreto do governo federal mandando fechar, por seis meses, todas as sedes da “União Feminina do Brasil”; Sucursal da Aliança Nacional Libertadora, sabidamente comunista.

[...]. Mas há o exagero. Há o mau feminismo, o da mulher que esquece suas grandes qualidades próprias e quer ser homem, julgando-se a eterna escrava do lar, quando na realidade é e deve ser a rainha, na concepção cristã. E esta luta inglória por falsos direitos, que antes constituem servidões estava no programa da UFB, carregado ainda por cima, pelas tonalidades rubras da “aliança” dos comunistas⁹

Torna-se evidente que os jornais “A República” e “A Ordem” de modo similar jogaram-se numa campanha anticomunista, em função da força política da época, que defendia cada qual os seus interesses, tendo como objetivo desarticular as ações dos militantes, que como tais eram vistos como subversivos. Os jornais eram dirigidos e perpassavam uma visão única dos acontecimentos.

Mas, a glória do governo revolucionário dura poucos dias: quatro dias depois, as tropas do Exército e polícias dos Estados vizinhos tomaram o quartel das mãos dos revolucionários e revolucionárias, restabelecendo a ordem iniciando a via cruces de Amélia, seu pai, sua mãe e outras pessoas que tomaram parte de tão importante ato histórico. De todas as mulheres que participaram na Insurreição Comunista, na cidade do Natal, Amélia foi a única condenada, recebendo uma pena de cinco anos de reclusão. Sua prisão foi decretada em 04 de setembro de 1936. No entanto não chegou a ser presa, pois se tornou fugitiva da justiça. Já a sua mãe foi presa várias vezes não sendo respeitada sua condição de nutriz.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, analítico e exploratório, donde utilizamos como instrumentos de análise documentos existentes no acervo público e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Portanto, a exposição e a análise dos acontecimentos serão baseadas na bibliografia sobre o tema e nos relatórios, denúncias, julgamentos e apelações, além dos processos instaurados pelo Tribunal de Segurança Nacional, editoriais dos jornais oficiais “A República” e “A Ordem”, no período de 1935, constantes do acervo do IHGRN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de coragem das mulheres especificamente Amélia Reginaldo participantes da

Insurreição Comunista de 1935 irrompeu como um grito de quem reivindicava o seu devido lugar na sociedade, inserindo-se na luta de forma mais abrangente, dando início a um processo de conquistas subseqüentes.

Para concluir, inferimos que, a pouca notoriedade dada às mulheres potiguares que participaram da Insurreição Comunista, representa o não reconhecimento da atitude feminina enquanto comportamento de luta. Assim, esperamos estar contribuindo no desenvolvimento do papel da mulher enquanto pessoa ativa observando que esta nunca se deixou ficar no papel que outros para si deliberaram.

Referências Bibliográficas

Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte/ Natal.

Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN

COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio, 1995.

FERREIRA, Brasília Carlos (org.). *Lauro Reginaldo da Rocha – Bangu: Memórias de um militante*. Natal. Edufrn, 1989. Coleção Humanas Letras.

Jornal: *A República* dia 30/06/1935

Jornal: *A Liberdade*, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil- 30/11/1935

LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: Os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Notas

¹ COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista em 1935: o primeiro ato da tragédia*, 1995.

² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

³ FERREIRA, Brasília Carlos. Op. Cit. P. 111

⁴ Idem Ibid

⁵ Jornal a República 30/06/1935

⁶ Jornal a Liberdade –Natal 27/11/1935

⁷ Socorro Vermelho é uma organização de caráter comunista ligado a I Internacional Comunista que tinha como objetivo ajudar financeiramente núcleos comunistas criados no Brasil.

⁸ Levine, Robert. *O regime de Vargas: Os anos críticos 1934- 1938*, 1980